

Passada a euforia, foco está no plano de governo

Por Angela Bittencourt

Passada a euforia do 1º turno e a duas semanas do 2º, marcado para 28 de outubro, o resultado da eleição brasileira parece dado; sabe-se que o dólar não vale R\$ 4,50, mas também não vale R\$ 3,20; e as expectativas se voltam aos detalhes do programa de governo que será adotado pelo próximo presidente da República.

Pesquisas convencionais de intenção de voto, sondagens telefônicas, trackings e interações entre internautas nas redes sociais apontam vantagem do candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL), sobre o candidato da esquerda, Fernando Haddad (PT).

Nesta segunda-feira, Ibope, FSB e RealTime divulgam novas sondagens. Na semana passada, logo após o 1º turno, três pesquisas chegaram a resultados muito próximos. Pelo critério de "votos válidos", o Datafolha registrou 58% das intenções de voto para Bolsonaro e 42% para Haddad; a "Veja"/ Ideia Big Data observou 54% e 46%; e a XP /Ipespe, 59% e 41%, respectivamente.

Fusão de ministérios é blindagem contra pressão de políticos?

Sem alteração expressiva desses resultados, Jair Bolsonaro será o

próximo presidente da República. Contudo, como o vencedor só é proclamado com as urnas apuradas, a prudência ainda é boa conselheira.

Bolsonaro e Haddad têm dado indicações do que pretendem fazer e principalmente do que não pretendem na área econômica. O futuro, portanto, está longe de mapeado. Ambos rejeitam a ideia de privatizar os bancos públicos. Banco do Brasil e Caixa permaneceriam estatais em qualquer uma das administrações. Empresas estatais estratégicas e ligadas ao setor real, como Petrobras e Eletrobras, poderiam ter segmentos vendidos ao capital privado, por meio de operações possivelmente "cirúrgicas".

A Previdência seria reformada no governo de um ou do outro. E a preferência de ambos é pelo sistema de capitalização, o que elevaria brutalmente os custos de implantação. Nenhuma das campanhas demonstra disposição em adotar o projeto de reforma previdenciária encaminhado pelo governo Temer ao Congresso.

Bolsonaro - ladeado pelo economista Paulo Guedes já indicado ministro da Fazenda - deseja uma redução radical do déficit público, proposta que sobe no telhado sem a disponibilidade de recursos viriam das privatizações. Haddad - ladeado pelo ex-presidente Lula preso na

sede da Polícia Federal, em Curitiba, desde abril - prioriza o fim do teto de gastos para o setor público.

Na semana passada, Fernando Haddad, do PT, anunciou uma equipe de coordenação da campanha para a disputa do 2º turno. No grupo destacam-se ex-governadores e petistas históricos muito atuantes nos governos Lula e Dilma e próximos do ex-presidente.

Um passo à frente, Paulo Guedes teria ventilado a colaboradores da campanha e a empresários a ideia de criar um "superconselho" econômico à semelhança do existente no governo americano que tem como função definir a política econômica e assessorar o presidente em questões nessa área, informou o jornal "O Estado de S. Paulo".

Essa ideia deu margem à avaliação de que Bolsonaro e/ou seu assessor e futuro titular da Fazenda gostariam de blindar a área econômica de críticas. A lembrança do "Conselhão", instituído por Lula no primeiro mandato presidencial e quando o ex-presidente precisava de aliados, é inevitável. Integram o "Conselhão" empresários, banqueiros e sindicalistas com o objetivo de auxiliar o presidente da República a direcionar as políticas públicas com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento. Ao longo do tempo ficou claro que o "Conselhão" passou a ser mobilizado (quase)





sempre que o governo ou o presidente precisavam reforçar sua credibilidade.

Os dois finalistas ao 2º turno buscam nomes para os respectivos governos. Bolsonaro se mostra mais bem-sucedido. Confirmou Guedes na Fazenda e definiu Onyx Lorenzoni para o comando da Casa Civil e o general Augusto Heleno para a pasta da Defesa. Haddad ainda não anunciou a composição de seu governo, caso seja eleito no dia 28. Mas avisou que a Fazenda não será comandada por um banqueiro.

No fim de semana, Jair Bolsonaro, além de indicar que poderá participar de debate com Fernando Haddad, mas sem a interferência de terceiros, acenou com a possibilidade de criar um "superministério" - com as pastas de Agricultura e Meio Ambiente. No início da campanha, Bolsonaro mostrou interesse em transformar o Ministério da Fazenda em um vitaminado Ministério da Economia, a ser comandado por Paulo Guedes.

A nova pasta reuniria Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio. Mais recentemente essa possibilidade não tem sido comentada. Contudo, ainda que fosse, a unificação de pastas está longe de simples, rápida ou eficiente e por pelo menos dois motivos: essas áreas são movidas por elites do funcionalismo público, com alta formação técnica e conhecimento incomum do funcionamento da máquina pública; e a unificação das pastas tende a fortalecer a posição do titular da Fazenda e do presidente da República.

No caso de consolidação de pastas, o ministro da Economia teria ascendência sobre os pares agregados, e o presidente se tornaria o fiel da balança em decisões econômicas banais e também das cruciais - posição nem sempre conveniente a um chefe de Estado.

A ideia de consolidar atividades ministeriais passou pela cabeça de Henrique Meirelles, em 2016 e 2017, enquanto ministro da Fazenda de Michel Temer. Meirelles quis levar

a Previdência do Ministério do Trabalho para a Fazenda. Em outro momento, pensou em fundir o Ministério do Planejamento à Fazenda. E uma das razões para tal decisão, comentada na época, seria a interinidade prolongada de Dyogo Oliveira no comando do Planejamento. Dyogo, presidente do BNDES, desde abril deste ano, não chegou ao governo por indicação de Meirelles.

Bolsonaro tem reiterado que não negociará ministérios com a classe política, se eleito. É fato, porém, que boa parte dos partidos optou pela neutralidade no 2º turno e é improvável a aprovação de medidas importantes no Congresso sem o apoio do "Centrão". Para o PSL, de Bolsonaro, ter a segunda maior bancada na Câmara é um feito excepcional. Mas a maior bancada é a do PT, de Haddad.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Propostas de Bolsonaro e Haddad para contas públicas atrasam ajuste fiscal

Por Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

As propostas sugeridas pelos candidatos à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que incluem perda de receitas e aumento de despesas, dificultam o processo de ajuste fiscal no curto prazo. Se nos cenários oficiais mais otimistas um déficit zero só poderia ser registrado em 2021, medidas recentemente anunciadas devem contribuir para postergar ainda mais o reequilíbrio das contas públicas.

Apesar de sua equipe ter defendido zerar o déficit fiscal já em 2019, Bolsonaro começa a sinalizar medidas que vão na direção oposta. Ele descarta, por exemplo, a venda integral da Eletrobras - o que torna ainda mais improvável o cumprimento da promessa. Caso cancelada a operação da estatal, a União deixa de obter R\$ 12 bilhões que já estão no Orçamento do ano que vem.

Para agravar o cenário, a União ainda pode perder até R\$ 73 bilhões de receitas com duas propostas formuladas por Paulo Guedes, seu potencial ministro da Fazenda. São elas aumentar a isenção de Imposto de Renda (IR) de R\$ 1.903 em rendimentos para cinco salários mínimos (cerca de R\$ 5 mil) - ideia lançada pelo PT no início da

campanha - e ainda adotar a alíquota única de 20% para quem recebe mais que isso. O cálculo do impacto é de técnicos do governo.

As projeções do Ministério do Planejamento mostram que um superávit só poderia ocorrer daqui a três anos mesmo se houvesse aprovação de reformas como a da Previdência e administrativa. Se apenas algumas forem efetivadas, o superávit poderia ser registrado em 2023. Sem reformas, o equilíbrio seria adiado para 2025. Todas essas estimativas consideram a existência do teto.

Bolsonaro e sua equipe já deram afirmações que pretende fazer uma reforma da Previdência diferente daquela que está hoje no Congresso, de forma mais gradual. Querem começar por servidores públicos (assim como o PT) e discutir um regime de capitalização, por meio do qual cada trabalhador tem uma conta individual (hoje, ativos bancam os pagamentos aos inativos). O programa do PT não chega a defender claramente a reforma, mas afirma haver necessidade de combater "privilégios" - sendo que o candidato defende mudanças para servidores.

Recentemente, Bolsonaro também chegou a afirmar no Facebook que sua equipe propôs a criação de um 13º pagamento do Bolsa Família - o que traria impacto

anual aproximado de R\$ 2,5 bilhões.

Eduardo Velho, economista da GO Associados, afirma que as sinalizações mais recentes de Bolsonaro - como um tom mais ameno em privatizações e uma velocidade mais gradual para a Previdência - acabaram sendo negativas para o mercado. Mas ele diz que o processo de ajuste pode continuar por meio de outras rubricas - como redução de subsídios. De qualquer forma, os investidores financeiros ainda dão o "benefício da dúvida" a ele. "Já se sabe que ele [Bolsonaro] não é tão liberal quanto Paulo Guedes. Mas isso não invalida que no governo dele haja uma visão pró-negócios", disse.

Mauro Rochlin, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que os sinais recentes do capitão da reserva, como uma reforma da Previdência mais prolongada, indicam um adiamento da melhora nas contas públicas. "Quanto mais gradual for, mais demorado o ajuste será. A falta do ajuste representa uma ameaça grande para a economia", afirma.

Desde o início da campanha, o PT propõe a isenção para até cinco salários mínimos, que sozinha teria um impacto de R\$ 60 bilhões. Ele defende ainda eliminar o teto de gastos e aumentar investimentos no país em infraestrutura, o que jogaria pressão sobre as contas públicas. O





partido diz que a limitação de despesas "impõe uma ortodoxia fiscal permanente".

Simão Silber, professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), diz que a revogação do teto daria sinalização equivocada de que o país não está preocupado com ajuste, piorando a percepção de risco de investidores.

No governo, técnicos veem diferentes propostas como populistas e a promessa de zerar déficit como irrealista. Apesar dos discursos nas campanhas, eles não veem opção ao futuro presidente senão a de, uma vez no comando, continuar com a tarefa atual de reequilibrar as contas públicas.

Comparação

Propostas dos dois presidenciáveis ligadas às contas públicas

	Bolsonaro	Haddad
Teto de gastos	Planeja manter	Vai propor ao Congresso fim do teto
Reforma da Previdência	Programa propõe regime de capitalização. Recentemente, equipe mencionou que proposta será 'fatiada' e que começará com servidores públicos	Programa não defende claramente, mas texto e candidato citam combate a 'privilégios'. Candidato já mencionou mudar regime de servidores públicos no primeiro ano
Mudanças tributárias	Planeja isentar de Imposto de Renda de quem ganha até 5 salários mínimos e cobrar alíquota única de 20% para quem ganha mais que isso	Planeja isentar de Imposto de Renda quem ganha até 5 salários mínimos (cerca de R\$ 5 mil), tributar lucros e dividendos e criar Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para substituir atuais impostos indiretos
Privatizações	Programa diz que algumas estatais serão extintas ou privatizadas e uma minora estratégica, preservada. Candidato já descartou venda integral de Eletrobras e Petrobras	Propõe suspender privatização de empresas estratégicas e venda de terras, água e recursos naturais para estrangeiros
Salário mínimo	Não apresentou proposta	Ganho real em todos os anos, mesmo com crescimento do PIB negativo

Fontes: Programas dos candidatos no TSE e declarações recentes à imprensa

Falta de verba e problemas técnicos emperram obras de R\$ 132 bi do PAC

Eleições. Retomada dos projetos parados é a principal estratégia dos candidatos à Presidência da República para a geração de empregos no curto prazo; segundo o Planejamento, a falta de recursos responde por quase metade do valor das obras paralisadas

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Principal estratégia dos candidatos para a geração de empregos no curto prazo, a retomada de obras paradas tem um enorme terreno a ser explorado. Segundo o Ministério do Planejamento, há R\$ 132 bilhões em investimentos parados só na carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ao todo, são 2.914 empreendimentos com problema. Líder nas pesquisas de intenção de voto, o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, disse em sua conta no Twitter que “milhares” de obras estão paradas porque ministérios e cargos são distribuídos a partidos políticos em troca de apoio.

“Essa é a raiz do problema e nós temos a liberdade necessária para mudar!” O candidato do PT, Fernando Haddad, coloca a retomada de obras paradas como

uma “medida emergencial”. Ele quer dar prioridade àquelas que geram “muito emprego”, como o Minha Casa Minha Vida. A principal razão para a paralisia, aponta o Planejamento, é a falta de dinheiro.

Ela responde pela interrupção no andamento de 294 obras que somam R\$ 62,9 bilhões, dos quais parte já foi desembolsada antes de surgirem os problemas. A segunda maior causa de paralisação são problemas técnicos, como falhas na elaboração de projetos. Eles afetam 1.359 obras no valor total de R\$ 25,5 bilhões.

A cifra é elevada, mas ela se refere apenas a um conjunto: as obras do PAC executadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). O universo de obras paradas no País é muito maior. Em junho passado, o Estado trouxe um levantamento realizado para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) que apontava 7.400 obras que deveriam ser feitas com recursos federais que se encontram interrompidas.

Alvo do interesse do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que pediu levantamento mais amplo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as obras do PAC paradas por disputas na Justiça são 83. Na maior parte, são creches e pré-

escolas cujas licitações foram questionadas nos tribunais. Há também as paralisadas por indício de crime.

É o caso do VLT entre Cuiabá e Várzea Grande, uma obra prometida para ficar pronta antes da Copa de 2014, mas ainda não concluída. De acordo com o governo do Estado, a obra estava orçada em R\$ 1,447 bilhão e já foram gastos R\$ 1,066 bilhão. Mas o contrato com a construtora foi suspenso em 2017, após a Operação Descarrilho, da Polícia Federal.

Uma comissão formada pelo governo do Estado confirmou irregularidades, como o pagamento de “vantagens indevidas” a agentes públicos. Um novo processo licitatório está em curso. “É emprego no mesmo dia”, diz o presidente da Cbic, José Carlos Martins, ao comentar o potencial de vagas a serem abertas com o destravamento.

Como há um grande número de obras de mobilidade e saneamento com problemas, a retomada teria o potencial de gerar vagas nos grandes centros, onde o desemprego é sentido de forma mais aguda. Martins discute com Toffoli, com integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Superior Tribunal de





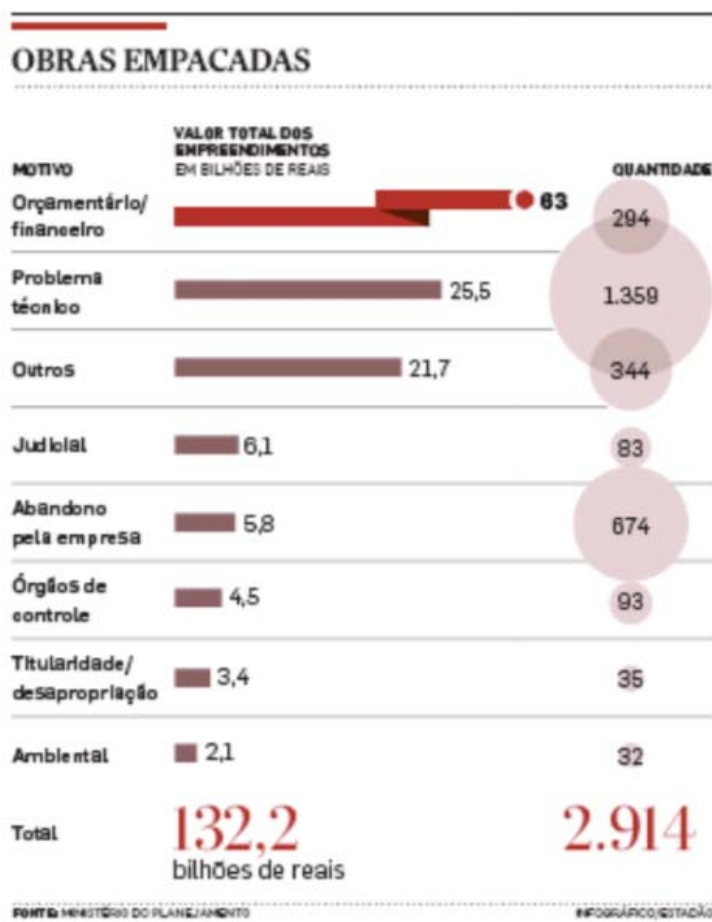
Justiça (STJ) que “antídotos” poderiam ser adotados para evitar a paralisação das obras públicas. A ideia é levar sugestões ao futuro presidente.

Fundo.

Diante da constatação de que as parcerias com a iniciativa privada são o caminho mais viável para retomar os investimentos num cenário de crise fiscal, o governo federal criou um fundo de R\$ 180

milhões para ajudar os Estados e, sobretudo, as prefeituras a estruturar concessões.

Os recursos servirão para custear a parte mais difícil de todo o processo: os estudos técnicos que darão base aos contratos. Falhas nessa etapa têm sido a principal causa das dificuldades que o governo federal, os Estados e os municípios têm enfrentado em seus programas com o setor privado.



‘Se não houver uma transição adequada, o governo fica amarrado’

Primeira Pessoa - Claudio Gastal, gestor do Movimento Brasil Competitivo

A poucas semanas da definição de quem será o próximo presidente da República, o Movimento Brasil Competitivo (MBC) já começou a se articular para discutir a transição do próximo governo. Criada em 2001, com o objetivo de aproximar os setores público e privado, a associação sem fins lucrativos marcou para o dia 5 de dezembro uma reunião para discutir como será o novo governo.

Presidido por Claudio Gastal, o MBC está atuando, neste momento, em três frentes de trabalho: governança e gestão pública, desburocratização/reforma do Estado e economia digital. Gastal espera que essas discussões continuem no radar da próxima gestão. “Se não houver uma transição adequada, o governo fica amarrado”, disse Gastal.

Como o MBC tem participado das discussões eleitorais?

Entramos em contato com os 13 governadores eleitos no 1º turno e nos colocamos à disposição para ajudá-los, sobretudo os novos (os que não foram reeleitos). Após o segundo turno, vamos convidar todos os eleitos. É muito importante os futuros gestores terem ideia de como vão pegar o orçamento de 2019. Tem de pensar no Plano Plurianual. Ninguém se preocupa com a transição. Não há um processo institucionalizado.

Como é a adesão dos governos ao convite do MBC?

Em 2014, participaram da reunião nove governadores e um vice-governador. Destes, ajudamos de seis a sete Estados. Em 2010, tivemos a continuidade de diversos projetos iniciados no mandato anterior.

O MBC tem como fundador o empresário Jorge Gerdau, que é considerado um dos maiores líderes empresariais. O empresariado está menos participativo dos debates político-econômicos?

Promovemos debates com

empresários e executivos frequentemente. Acredito fortemente na coalizão público-privada. Nosso foco é promover a eficiência do setor público. Neste sentido, as discussões sobre a economia digital estão avançando e os executivos e empresários estão engajados nesta discussão.

Mas há engajamento empresarial?

As reuniões ocorrem e há adesão. Obviamente que muitos empresários não estão mais tão participativos como em outros momentos.

O MBC sentou com os principais candidatos antes do 1º turno? Vai conversar com Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)?

Conversamos com os coordenadores econômicos do PSDB, PT, MDB e Novo. PSL e Rede foram convidados, mas não participaram das discussões. Ainda não há reunião agendada com os candidatos que foram para o segundo turno.

MÔNICA SCARAMUZ

Oito Estados devem fechar o ano sem caixa

Expectativa é que governadores não consigam entregar as contas em dia para o próximo eleito, o que descumpra a lei de responsabilidade fiscal

Vinicius Neder / RIO

Embora os gastos com pensões e aposentadorias dos servidores sejam o fator estrutural por trás da crise fiscal dos Estados, a perda de receita tributária durante a recessão agravou os déficits. Oito Estados têm déficits tão grandes que seus governadores podem terminar os mandatos sem caixa para cobrir despesas contratadas neste ano, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nas contas do consultor Raul Velloso, na média dos 22 principais Estados, a receita tributária poderia ter sido 11,2% maior, se a trajetória da arrecadação de 2002 a 2014 fosse mantida. Segundo levantamento, oito Estados registraram déficit orçamentário superior a 4% da receita total, na média de 2015 a 2017.

O caso do Rio é o mais dramático, com rombo de 11,4% da receita total. Levando em conta apenas os tributos, o governo fluminense poderia ter arrecadado 15,2% a mais do que efetivamente conseguiu na média dos três

primeiros anos do mandato do governador Luiz Fernando Pezão (MDB). O Rio aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, criado pelo governo federal no ano passado e que prevê o alívio no pagamento da dívida em troca de medidas de ajuste.

Apesar disso, o Estado não deixará as contas no azul neste ano – como já estava previsto no plano, firmado em setembro de 2017. Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul completam a lista dos Estados com maiores rombos do orçamento. Para Velloso, dificilmente esses governos conseguirão terminar o ano com caixa suficiente para cobrir despesas deixadas para o próximo mandato.

Após a LRF, o Código Penal ganhou um novo capítulo sobre crimes contra as finanças públicas – o descumprimento da norma pode levar a pena de um a quatro anos de prisão. Procuradas, as Secretarias de Fazenda de Goiás e do Rio Grande do Sul informaram que estão tomando medidas de ajuste.

No caso do governo gaúcho, o objetivo é reduzir o rombo ao máximo, mas deixar restos a pagar em valor acima do caixa parece

inevitável, pois, segundo informou, ainda não se sabe quando o 13.º salário deste ano, valor empenhado em 2018, será pago – o de 2017 foi parcelado em 12 vezes.

O secretário de Fazenda do Distrito Federal, Wilson José de Paula, reconheceu que será difícil fechar o mandato do governador Rodrigo Rollemberg (PSB), que disputa a reeleição no segundo turno do próximo dia 28, com caixa para quitar as despesas empenhadas ainda este ano, mas destacou que as contas estão “muito melhores” do que as que recebeu.

“É zero a zero, como a lei determina? Provavelmente, não”, disse Paula. Segundo ele, este ano deverá ter déficit financeiro de R\$ 600 milhões, ante rombo financeiro de R\$ 2,5 bilhões no início do governo. Os demais Estados citados não responderam até o fechamento desta edição.

Na avaliação de Sérgio Ciquera Rossi, secretário diretor-geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a perda de receita por causa da recessão não justifica o descumprimento da LRF. A legislação, segundo ele, já traz mecanismos que permitem lidar com situações de queda de receita. Nesses casos, as despesas precisam ser cortadas.

Estados querem afrouxar metas com a União

Governadores criam movimento para melhorar renegociação das dívidas com o governo

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Sem conseguir fazer o ajuste nas despesas, Estados se mobilizam para afrouxar as exigências da legislação que permitiu a renegociação das dívidas bilionárias com a União. O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda (Consefaz), André Horta, disse ao 'Estadão/Broadcast' que só quatro governadores terminam o ano cumprindo o teto de gastos (limite de despesas) acertado com o governo federal.

Segundo Horta, uma reunião de um grupo de secretários está marcada para amanhã com o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Horta, que é secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, afirmou que muitos Estados estão numa situação fiscal ruim, com perda de receitas e pagamento da folha de pessoal atrasado.

Entre os quatro Estados que vão conseguir cumprir o teto, ele citou só um: o Espírito Santo. Outro problema, disse ele, é que, com o fim do mandato, os governadores têm de deixar em caixa dinheiro para bancar os "restos a pagar", despesas transferidas de um ano para outro. De acordo com balanço divulgado pelo Tesouro, 18 Estados solicitaram a renegociação das dívidas com a União, no valor total de R\$ 458,9 bilhões. Os pedidos foram todos aprovados.

A lei permitiu o alongamento da dívida com a União em 240 meses adicionais e redução extraordinária das parcelas devidas entre julho de 2016 e junho de 2018. Em contrapartida ao alongamento da dívida com a União, a lei complementar previu que os Estados instituíssem teto para as despesas primárias correntes por dois anos.

Segundo o Tesouro, todos os 18 que solicitaram a renegociação publicaram lei de teto de gastos. Para a ex-secretária de Fazenda do Estado de Goiás Ana Carla Abrão, todos os Estados, excetuando

Espírito Santo, Alagoas, Ceará e São Paulo, estão numa situação de muita penúria e o problema vai se acentuar até o fim do ano. "Eles entraram num quadro de crescimento de gastos muito grande com o calendário eleitoral. Agora, a conta chegou", disse a economista, que é sócia da Oliver Wayman.

Na sua avaliação, os governadores que assumirem em 2019 encontrarão uma situação muito pior daquela encontrada em 2015, que já foi muito grave e que levou à renegociação das dívidas. "O governo federal vai precisar novamente lidar com uma crise de Estados." Na sua avaliação, o quadro piorou porque, em vez de fazer um ajuste estrutural, houve um aprofundamento do problema.

Nas contas do Tesouro, a renegociação das dívidas resultou em redução potencial no fluxo de pagamentos da dívida com a União de R\$ 44,7 bilhões de julho de 2016 e junho deste ano. O descumprimento dos compromissos fiscais implicará adicional de 0,20% da receita corrente líquida por meta descumprida.

FUNCIONALISMO »

Concursos oferecem 24.807 vagas

Os interessados em entrar para o serviço público precisam ficar atentos às oportunidades até o fim do ano. A seleção da AGU, com salário de R\$ 6,2 mil, é uma das mais cobçadas. No DF, a da Codhab tem prova marcada para 18 de novembro

Lorena Pacheco

O ano está quase acabando, mas novas oportunidades para entrar no serviço público não param de surgir. Levantamento feito pelo Correio mostra que existem 24 concursos abertos, que oferecem 24.807 oportunidades. Há chances para todos os níveis de formação com salários de até R\$ 27,4 mil.

No âmbito nacional, a Advocacia-Geral da União (AGU) reina solitária. São 100 oportunidades para preenchimento imediato, com remuneração inicial de R\$ 6,2 mil, nos cargos de administradores, analistas técnico-administrativos, arquivistas, bibliotecários, contadores, técnicos em assuntos educacionais e técnico em comunicação social. As avaliações serão aplicadas em 9 de dezembro, pelo Idecan.

Entre os concursos estaduais, o

órgão que mais chama a atenção, pela quantidade de vagas, é a Secretaria de Educação do Paraná (SEE/PR). São, nada menos, que 15.500 chances de caráter temporário. Há oportunidades para professores (10 mil); assistente administrativo, técnico agropecuário, técnico florestal, motorista e tratorista (5,5 mil).

No Distrito Federal, o concurso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) finalmente saiu. O edital, aguardado desde 2007, oferece 236 vagas de níveis médio e superior, sendo 59 de provimento imediato e 177 para formação de cadastro reserva. Os salários vão de 2.500 a R\$ 4.995,45. Há chances de nível médio para os cargos de assistentes (agente administrativo, técnico em edificações e técnico em topografia) e de superior para analistas (com formação em administração, arquitetura e urbanismo, assistência social, contabilidade, direito e legislação e engenharia). Os testes serão aplicados em 18 de novembro, pelo Instituto Quadrix.

O que vem por aí

No âmbito nacional, o edital da Polícia Rodoviária Federal (PRF) é um dos mais aguardados. Serão 500 vagas para policial destinadas a candidatos com qualquer formação superior e salário inicial de R\$

9.899,88. No Distrito Federal, os concurseiros anseiam pela publicação dos editais da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa), Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria das Cidades, Controladoria-Geral (CGDF) e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag).

Dicas

Especialistas recomendam que os interessados estudem com antecedência as matérias gerais, como língua portuguesa e direitos administrativo e constitucional, antes mesmo do lançamento do edital. Após a divulgação do regulamento o tempo até a prova é muito curto, cerca de dois meses, período que deve ser dedicado para estudar as matérias específicas, praticar exercícios e revisar.

Outra dica importante é tomar cuidado com a quantidade de feriados que há até o fim do ano. São pelo menos quatro e uma verdadeira tentação para a procrastinação. O tempo de folga deve ser para se preparar mais e melhor, os descansos devem ser de, no máximo, de uma hora entre as matérias para pegar fôlego para mais leitura.





OPORTUNIDADES À VISTA

Confira as seleções que estão com as inscrições abertas e por abrir, salários e número de vagas. Os editais estão disponíveis na seção Notícias de concursos.correioweb.com.br



Advocacia-Geral da União

Vagas: 100 de nível superior
Salário: R\$ 6,2 mil
Banca: Idecan
Inscrições: até 4/11, taxa de R\$ 95

Banco do Nordeste

Vagas: 700 de níveis médio e superior
Salário: de R\$ 2.054,68 a R\$ 4.941,17
Banca: Cebraspe
Inscrições: até 15 de outubro, taxas de R\$ 59 e R\$ 67

Companhia Habitacional do DF

Vagas: 236
Salário: de R\$ 2.500 a R\$ 4.995,45
Banca: Cebraspe
Inscrições: até 16 de outubro, taxas de R\$ 33,50 a R\$ 41,50

Apex-Brasil

Vagas: 34 de níveis médio e superior
Salário: de R\$ 2.700,57 a R\$ 7.313,22
Banca: Iades
Inscrições: até 17 de outubro

Tribunal de Justiça/SP

Vagas: 310 de nível superior
Salário: R\$ 24.818,71
Banca: Vunesp
Inscrições: até 16 de outubro, taxa de R\$ 248,18

Agência de Defesa Agropecuária e Fiscal do Amazonas

Vagas: 208
Salário: de R\$ 2.297,95 a R\$ 6.570,95
Banca: Instituto AOCF
Inscrições: até 14 de outubro, taxas de R\$ 50 a R\$ 90

Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Goiás

Vagas: 190 de níveis médio e superior
Salário: de R\$ 1.214,43 a R\$ 1.978,18
Banca: Quadrix
Inscrições: até 7 de novembro, taxa de R\$ 50 a R\$ 58

Conselho Regional de Química/SP

Vagas: 520 de níveis médio, técnico e superior
Salário: de R\$ 2.430,93 a R\$ 8.669,02
Banca: Quadrix
Inscrições: até 12 de novembro. As taxas vão de R\$ 60 a R\$ 75.

Corpo de Bombeiros/SP

Vagas: 600 de nível fundamental
Salário: R\$ 1.290,66
Banca: organizada pela própria instituição
Inscrições: até 28 de outubro

Corpo de Bombeiros/MG

Vagas: 500 de níveis médio e técnico
Salário: R\$ 4.098,42
Banca: Gestão de Concursos
Inscrições: até 27 de novembro, taxa de R\$ 81,96

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

Vagas: 2.893 de níveis médio, técnico e superior
Salário: de R\$ 1.925,35 até R\$ 3.630,66
Banca: Cetrede
Inscrições: hoje, taxas de R\$ 85 a R\$ 150

Instituto de Administração Penitenciária do Amapá

Vagas: 590 de nível médio
Salário: R\$ 3.318,64
Banca: Fundação Carlos Chagas
Inscrições: hoje, taxa de R\$ 85

Ministério Público/PE

Vagas: 23 e cadastro reserva de níveis médio e superior
Salário: de \$ 3.171,52 a R\$ 4.809,54
Banca: Fundação Carlos Chagas
Inscrições: até 26 de outubro, taxa de R\$ 75 e R\$ 100

Ministério Público/PR

Vagas: 10 de nível superior
Salário: R\$ 24.818,00
Banca: organizado pela própria instituição
Inscrições: até 6 de novembro, taxa de R\$ 220

Tribunal de Justiça/BA

Vagas: 50 e cadastro reserva de nível superior
Salário: R\$ 23.284,14
Banca: Cebraspe
Inscrições: até 5 de novembro, taxa de R\$ 230





INSCRIÇÕES QUE COMEÇAM NESTA SEMANA

Polícia Civil/RR

Vagas: 330 de níveis médio e superior
Salário: de R\$ 3.945,70 a R\$ 23.903,64
Banca: Vunesp
Inscrições: até 16 de agosto, taxas de R\$ 120 a R\$ 260

Polícia Civil/MG

Vagas: 119 de nível superior
Salário: R\$ 4.098,39
Banca: Fumarc
Inscrições: até 22 de outubro, taxa de R\$ 160

Polícia Civil/SC

Vagas: 70 de nível superior
Salário: R\$ 12.882,69
Banca: Instituto AOCF
Inscrições: até 6 de novembro, taxa de R\$ 200

Secretaria de Educação/MS

Vagas: 1.500 de todos os níveis de formação
Salário: de R\$ 1.067,65 a R\$ 3.166,49
Banca: Fumrio
Inscrições: até 4 e 16 de novembro, taxa de R\$ 81,06 a R\$ 216,16

Procuradoria-Geral/SC

Vagas: 4 de nível superior
Salário: R\$ 27.424
Banca: Fepese
Inscrições: até 5 de novembro, taxa de R\$ 280

Secretaria de Educação/PR

Vagas: 15.500 para todos os níveis escolares
Salário: R\$ 1.015,90 a 1.523,83 / professores: hora-aula de R\$ 11,01 a R\$ 15,73
Banca: organizada pela própria instituição
Inscrições: de hoje a 25 de outubro, gratuitamente

Secretaria de Fazenda/RS

Vagas: 50 de nível superior
Salário: R\$ 20.463,50
Banca: Cebraspe
Inscrições: de hoje a 13 de novembro, taxa de R\$ 187,77

Tribunal de Justiça/SP

Vagas: 34 de nível superior
Salário: de R\$ 6.432,43 a R\$ 8.723,57
Banca: Vunesp
Inscrições: de hoje a 17 de novembro, taxa R\$ 85

Prefeitura de São Paulo

Vagas: 230 de nível superior
Salário: R\$ 7.032,90
Banca: Vunesp
Inscrições: de hoje a 12 de novembro, taxa custa de R\$ 82,20